

EMENDA Nº - CMA
(ao PL nº 2.633, de 2020)

Dê-se a seguinte redação ao inciso III, do § 1º, do art. 13 da Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, a que se refere o art. 2º do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020:

“Art. 13.

§ 1º

III - as declarações do requerente e do seu cônjuge ou companheiro, sob pena **de indeferimento do processo administrativo de regularização**, de que:

.....” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

O caput do artigo 13 da Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, a que se refere o art. 2º do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, já menciona que o requerimento preenchido pelo interessado estará sujeito à responsabilização penal, civil e administrativa. Entretanto, não há previsão na lei para indeferimento do pedido caso o interessado não preencha todos os requisitos mencionados na autodeclaração.

Nesse sentido, faz-se necessário alterar a redação do inciso III, do § 1º, do art. 13 para inclusão da previsão de indeferimento do pedido, caso o interessado não preencha todos os requisitos.

Sala das Sessões,

Senadora ELIZIANE GAMA

